



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Marco

Vara Única da Comarca de Marco

Praça Rodrigues Bastos, S/N, Centro - CEP 62560-000, Fone: (88) 3664-1917, Marco-CE - E-mail:
marco@tjce.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0050360-90.2021.8.06.0120**
 Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum Cível**
 Assunto: **Fornecimento de medicamentos**
Requerente: **Manuel Aristeu de Souza**

Requerido: **FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO CEARÁ**

Vistos etc.

Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER movida por **MANUEL ARISTEU DE SOUZA** contra o **ESTADO DO CEARÁ**, vislumbrando a concessão do medicamento **Golimumabe** ou correspondente em pecúnia para o seu tratamento, em virtude dos fatos descritos na Inicial.

O pedido veio instruído com os documentos de págs. 16/65 para provar o alegado.

Recebida a petição inicial, foi proferida decisão antecipando os efeitos da tutela e determinando a citação do réu para responder aos termos da demanda (págs. 66/68).

O ente promovido não apresentou contestação.

Às págs. 71, a Superintendência Jurídica da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará - SESA, informa, por meio de ofício, que o medicamento pleiteado não se encontrava em estoque da Coordenadoria de Política de Assistência Farmacêutica - COPAF da SESA, entretanto, já havia aberto procedimento administrativo para compra, iniciado em caráter de urgência, de acordo com o processo de compra nº 05617357/2021.

Intimada a se manifestar sobre o dito ofício, a parte autora noticiou que o medicamento solicitado lhe foi entregue no dia **06/09/2021**, tendo ele já recebido, portanto, a dose semestral do fármaco pleiteado (págs. 75).

Vieram-me, os autos, conclusos para julgamento.

É o que importa relatar. DECIDO.

A presente causa comporta julgamento antecipado da lide, ante tratar de matéria eminentemente de direito.

No tocante a legitimidade do acionado, tem-se dos autos que o pedido do



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Marco

Vara Única da Comarca de Marco

Praça Rodrigues Bastos, S/N, Centro - CEP 62560-000, Fone: (88) 3664-1917, Marco-CE - E-mail:
marco@tjce.jus.br

promovente enquadra-se no direito à saúde, garantido por nossa Carta Maior de 1988, em seu art. 5º, inciso LXIX.

Decerto os direitos à vida, à saúde, e à dignidade da pessoa humana foram constitucionalmente eleitos como direitos fundamentais, devendo prevalecer sobre os interesses administrativos e financeiros de cada ente estatal.

Assim, a saúde, além de constituir um direito social (CF, art. 6º), é dever do Estado (CF, art. 196), gênero do qual são espécies a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, devendo ser financiada com recursos do orçamento da Seguridade Social e dos Entes Federativos, além de outras fontes (CF, art. 198, § 1º).

Outrossim, é certo que tanto a União, os Estados e os Municípios possuem legitimidade para figurar no polo passivo da demanda, quando se busca o fornecimento de medicamentos ou alimentação especial, tratando-se a divisão de atribuições regra burocrática que pode ser excepcionada, ante a necessidade premente do cidadão, sobretudo quando o Estado do Ceará tem todas as possibilidades de solicitar a medicação pretendida aos entes estaduais e federais.

Nesse sentido, transcreve-se a abaixo o seguinte precedente:

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. APELAÇÕES. LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO, DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA. PRELIMINARES REJEITADAS. AGRAVO RETIDO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. A União, o Estado de Minas Gerais e o Município de Uberlândia ostentam legitimidade para figurar no polo passivo de ação mediante a qual se busca o fornecimento de medicamentos imprescindíveis à manutenção da saúde de pessoa carente, portadora de doença grave. Preliminares rejeitadas. Agravo retido desprovido. 2. A Carta Magna de 1988 erige a saúde como um direito de todos e dever do estado (art. 196). Daí, a seguinte conclusão: É obrigação do estado, no sentido genérico (união, estados, Distrito Federal e municípios), assegurar às pessoas desprovidas de recursos financeiros o acesso à medicação necessária para a cura de suas doenças, em especial, as mais graves. 3. Presentes os pressupostos autorizadores, nada a reparar na decisão concessiva da segurança, que determinou às autoridades impetradas o fornecimento do medicamento de que o impetrante necessita para o tratamento de sua saúde. 4. Sentença mantida. 6. Apelações e remessa oficial desprovidas. (TRF – 1ª Região, AC 2006.38.03.009264-6, Rel. Des. Fed. Daniel Paes Ribeiro, 6. T., j. 07.02.2011, DJ 09.03.2011)

Como dito, também compete ao Estado, ora réu, prestar assistência ao cidadão na área da saúde, através do sistema único, diante das ações propostas nos serviços públicos de saúde (art. 198, § 1º, CF c/c art. 4º, Lei n. 8.080/1990).

Dessa forma, tem-se que a conjugação das esferas federal, estadual, distrital e



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Marco

Vara Única da Comarca de Marco

Praça Rodrigues Bastos, S/N, Centro - CEP 62560-000, Fone: (88) 3664-1917, Marco-CE - E-mail:
marco@tjce.jus.br

municipal na estruturação do SUS é também consequência do art. 23, do texto constitucional, que atribui aos entes federados a competência comum para cuidar da saúde e da assistência pública.

Por seu turno, a regulamentação infraconstitucional do SUS (Lei n. 8.080/90) assevera que:

Art. 4º O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 1º Estão incluídas no disposto neste artigo as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde.
(...)

Ademais, o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará é pacífico quanto à solidariedade dos entes da Federação nas ações que tratem do Sistema Único de Saúde, tendo todos eles legitimidade para compor o polo passivo da demanda, senão vejamos:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO MUNICÍPIO. RECURSO IMPROVIDO. 1.O funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS é de responsabilidade solidária da União, Estados-membros e Municípios, de modo que qualquer destas entidades tem legitimidade ad causam para figurar no polo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso à medicação para pessoas desprovidas de recursos financeiros. Precedentes desse Egrégio Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça. 2.Tratando-se de direito fundamental, incluso no conceito de mínimo existencial, inexistirá empecilho jurídico para que o Judiciário estabeleça a inclusão de determinada política pública nos planos orçamentários do ente político, mormente quando não houver comprovação objetiva da incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal. 3. In casu, não há empecilho jurídico para que a ação, que visa a assegurar o fornecimento de medicamentos, seja dirigida contra o município, tendo em vista a consolidada jurisprudência desta Corte, no sentido de que "o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é de responsabilidade solidária da União, Estados-membros e Municípios, de modo que qualquer dessas entidades têm legitimidade ad causam para figurar no polo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso à medicação para pessoas desprovidas de recursos financeiros" (REsp 771.537/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 3.10.2005). 4. Agravo de Instrumento conhecido e improvido . (TJCE. AgIn nº 3162479201080600000. Relatora: Desa. Sérgia Maria Mendonça Miranda. 6ª Câmara Cível. Data de registro: 19/07/2011).

Assim, é evidente o dever das 03 (três) esferas públicas estarem obrigadas constitucionalmente a promover a saúde, devendo as regras de divisão de atribuições serem compensadas, em prol da rápida prestação do serviço público. Admite-se, neste sentido, a responsabilização isolada ou associada para cumprimento da obrigação.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Marco

Vara Única da Comarca de Marco

Praça Rodrigues Bastos, S/N, Centro - CEP 62560-000, Fone: (88) 3664-1917, Marco-CE - E-mail:
marco@tjce.jus.br

A respeito de eventual necessidade de convocação da União para compor o polo passivo da ação, destaco que o julgamento do RE n. 855.178/SE reafirmou a tese de competência comum dos entes federativos para responderem às ações na área da saúde e ratificou a responsabilidade solidária dos entes, o que significa dizer que a parte pode intentar a ação contra qualquer um dos entes federativos a fim de ter sua prestação atendida. Vejamos o acórdão:

EMENTA : CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. DESENVOLVIMENTO DO PROCEDENTE. POSSIBILIDADE. RESPONSABILIDADE DE SOLIDÁRIA NAS DEMANDAS PRESTACIONAIS NA ÁREA DA SAÚDE. DESPROVIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. 1. É da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que o tratamento médico adequado aos necessitados se insere no rol dos deveres do Estado, porquanto responsabilidade solidária dos entes federados. O polo passivo pode ser composto por qualquer um deles, isoladamente, ou conjuntamente. 2. A fim de otimizar a compensação entre os entes federados, compete à autoridade judicial, diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, direcionar, caso a caso, o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o resarcimento a quem suportou o ônus financeiro. 3. As ações que demandem fornecimento de medicamentos sem registro na ANVISA deverão necessariamente ser propostas em face da União. Precedente específico: RE 657.718, Rel. Min. Alexandre de Moraes. 4. Embargos de declaração desprovidos. (RE n. 855.178/SE. Relator Ministro Luiz Fux).

Como se vê na parte final do julgado acima, haverá necessidade de chamamento da União apenas nas hipóteses em que os medicamentos não tiverem registro na ANVISA, o que não ocorre no caso.

Destarte, os preceitos constitucionais traçam como objetivo da seguridade social, a universalidade de sua cobertura e de seu atendimento, garantindo a todos que venham dela necessitar o direito fundamental de obter do Poder Público, em geral, ações e serviços que promovam a proteção e recuperação da saúde (arts. 194 e parágrafo único, c/c arts. 196 e 197, da CF/88).

No caso em análise, vê-se que o tratamento fora prescrito por médica(o) da



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Marco

Vara Única da Comarca de Marco

Praça Rodrigues Bastos, S/N, Centro - CEP 62560-000, Fone: (88) 3664-1917, Marco-CE - E-mail:
marco@tjce.jus.br

rede pública, e carecendo a parte assistida de tratamento célere e eficiente, somado ao fato de que a falta da assistência prescrita, sua ausência poderá prejudicá-la, causando-lhe dano irreparável ou de difícil reparação a sua saúde.

Assim, a omissão no executar das medidas tendentes a efetivar os direitos fundamentais constitui ofensa à Constituição Federal, inexistindo, na espécie, qualquer justificativa para o não atuar do Estado do Ceará, sob o fundamento de que, na situação trazida à baila, deve ser observada a chamada cláusula da reserva do possível.

De mais a mais, não se despreza que o Estado Social não pode ser compelido a garantir um padrão ótimo de bem-estar social; todavia, deve proporcionar condições para uma existência com dignidade, sob pena de, assim não o fazendo, transformar a Constituição Federal em uma verdadeira plataforma política, despida de efetividade. Isto porque, inobstante o interesse público prevalecer sobre o privado, visando o Estado a satisfação dos anseios sociais, é certo também que a sociedade é feita por cada cidadão, sendo dever do Estado preservar a vida destes.

Destaco que o presente caso não se trata de comodidade de tratamento ou mesmo privilégio concedido de forma individualizada em desfavor de outros cidadãos, mas sim de necessidade imprescindível e inadiável para a própria sobrevivência digna da requerente. Ademais, não se pode alegar violação aos princípios da isonomia, porquanto restou suficientemente demonstrado nos autos a indispensabilidade do tratamento solicitado.

Nesse contexto, tem-se que é indene de dúvidas as dificuldades enfrentadas pela Administração Pública de manter equilibradas as contas públicas, com observância à necessidade de destinar ações e serviços ao SUS, em estrita obediência ao texto, contudo é defeso ao administrador esquivar-se de seu dever constitucional para com o cidadão em situação excepcional.

E ainda que as questões orçamentárias e as restrições materiais sejam obstáculos à efetivação do direito à saúde, não socorre à Administração Pública sua invocação, porquanto trata-se de imposição constitucional o atendimento à saúde. Nesta linha, as limitações formais e de orçamento, ainda que relevantes, não têm o condão de restringir ou aniquilar a integralidade do direito ao acesso universal à saúde pela população carente.

Diante do exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, **JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE** o pedido autoral para tornar definitiva a decisão de antecipação de tutela de págs. 66/68, que impôs ao ESTADO DO CEARÁ a

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Marco

Vara Única da Comarca de Marco

Praça Rodrigues Bastos, S/N, Centro - CEP 62560-000, Fone: (88) 3664-1917, Marco-CE - E-mail:
marco@tjce.jus.br

obrigação de fornecer gratuitamente ao(à) promovente, MANUEL ARISTEU DE SOUZA, o medicamento **GOLIMUMABE**, pelo período que se fizer necessário, obrigando-se o ente acionado a fornecer o tratamento ainda que não o possua em estoque, caso em que deverá adquiri-lo junto às farmácias da iniciativa privada.

Não obstante, deverá o(a) autor(a) submeter-se a acompanhamento médico semestral para comprovação de que permanece necessitando do referido amparo especial, sob pena de interrupção da medida, conforme orienta o Enunciado de nº 2 da I Jornada de direito da Saúde do CNJ.

P. R. I.Após o trânsito em julgado, **arquive-se**.

Marco/CE, 05 de julho de 2022.

Francisco Marcello Alves Nobre

Juiz de Direito